

ÍNDICE

PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 — O Trabalho e a Proteção Social ao Trabalhador	29
1.1. Prólogo	29
1.2. O Surgimento da Noção de Proteção Social	30
1.3. A Mútua Assistência e a Caridade	31
1.4. A Assistência Estatal	31
1.5. A Noção de Seguro Social	32
1.6. Evolução da Previdência Social no Mundo	33
Capítulo 2 — Fundamentos da Previdência Social	36
2.1. A Intervenção do Estado	36
2.2. A Solidariedade Social	37
2.3. A Compulsoriedade da Filiação	37
2.4. A Proteção aos Previdentes	38
2.5. A Redistribuição de Renda	38
2.6. O Risco Social	39
2.7. Da Previdência à Segurança Social	39
Capítulo 3 — Modelos de Previdência Social	41
3.1. Sistemas Contributivos e Não-Contributivos	41
3.2. Sistemas Contributivos de Repartição e Capitalização	42
3.3. Sistemas Privados de Previdência	43
Capítulo 4 — A Evolução da Proteção Social no Brasil	45
4.1. Primeiras Regras de Proteção	45
4.2. A Lei Eloy Chaves	46
4.3. Os Institutos de Classe	47
4.4. Da Criação do INPS à Constituição de 1988	49
4.5. A Constituição de 1988 e a Seguridade Social	51

4.6. A Criação do INSS e as Mini-Reformas	53
4.7. A Emenda Constitucional n. 20	54
4.8. O Fator Previdenciário	59
Capítulo 5 — O Direito Previdenciário	61
5.1. Conceito e Objeto de Estudo	61
5.2. Autonomia Científica	62
5.3. Classificação Frente à Divisão Didático-Enciclopédica do Direito	64
5.4. Relação do Direito Previdenciário com Outros Ramos do Direito ..	66
5.5. Fontes do Direito Previdenciário	68
Capítulo 6 — Aplicação das Normas de Direito Previdenciário	74
6.1. Antinomias e Critérios de Solução	74
6.2. Lacunas do Ordenamento e sua Solução	75
6.3. Interpretação das Normas	77
6.4. Vigência e Eficácia das Normas no Tempo	78
6.5. Vigência e Eficácia das Normas no Espaço	79
Capítulo 7 — Princípios do Direito Previdenciário	80
7.1. Princípios Constitucionais da Seguridade Social	80
7.2. Princípios Específicos de Custeio	83
7.3. Princípios Específicos de Previdência Social	86
Capítulo 8 — Regimes Previdenciários	91
8.1. O Regime Geral de Previdência Social — RGPS	91
8.2. Plano de Seguridade Social do Servidor Público Federal — PSSS ...	92
8.3. Regimes dos Servidores Estaduais e Municipais	95
8.4. Plano de Seguridade Social dos Congressistas	96
8.5. Regime Previdenciário dos Militares	98

PARTE II — A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 1 — A Organização da Seguridade Social	101
1.1. O Sistema Nacional de Seguridade Social	101
1.2. Ministério da Previdência e Assistência Social — MPAS	102
1.3. Instituto Nacional do Seguro Social — INSS	104

1.4. Gestão Descentralizada	105
1.5. Conselho Nacional da Seguridade Social — CNSS	105
1.6. Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS	107
1.7. Conselhos Estaduais e Municipais de Previdência Social	110
1.8. Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS	111
1.9. Conselho de Gestão da Previdência Complementar — CGPC	113
1.10. Conselho de Recursos da Previdência Social — CRPS	114
Capítulo 2 — Relação Jurídica de Custeio	117
2.1. Definição da Relação Obrigacional	117
2.2. Autonomia da Relação de Custeio	118
2.3. Identidade com a Relação Obrigacional Tributária	120
Capítulo 3 — Contribuintes da Seguridade Social	121
3.1. Segurados da Previdência Social	122
3.2. Empresa e Entidades Equiparadas	123
3.3. Matrícula da Empresa	124
3.4. Empregador Doméstico	125
3.5. Apostadores de Concursos de Prognósticos	126
3.6. Contribuintes da CPMF	126
Capítulo 4 — Relação Jurídica de Seguro Social	128
4.1. Definição da Relação de Seguro Social	128
4.2. Vinculação da Relação Previdenciária com a Filiação	129
4.3. Natureza Jurídica da Relação de Seguro Social	130
Capítulo 5 — Beneficiários do Regime Geral de Previdência	131
5.1. Segurados — Definição	131
5.2. Segurados Obrigatórios	131
5.2.1. Empregado Urbano e Rural	133
5.2.2. Empregado Doméstico	142
5.2.3. Contribuinte Individual	143
5.2.4. Trabalhador Avulso	149
5.2.5. Segurado Especial	151
5.3. Segurado Facultativo	154

5.4. Menoridade para Fins Previdenciários	155
5.5. Aposentado que Retorna à Atividade	158
Capítulo 6 — Filiação dos Segurados	159
Capítulo 7 — Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado	161
Capítulo 8 — Dependentes	166
Capítulo 9 — Inscrição dos Segurados e Dependentes	171
9.1. Inscrição dos Segurados	172
9.2. Inscrição de Dependentes	172
PARTE III — CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	
Capítulo 1 — Sistema de Financiamento da Seguridade Social	179
1.1. Sistema Contributivo	182
1.2. Participação da União	183
1.3. Contribuições Sociais	185
1.3.1. Conceituação	186
1.3.2. Natureza Jurídica	187
1.3.3. Características Gerais	190
1.4. Outras Receitas da Seguridade Social	192
Capítulo 2 — Contribuições ao Sistema	193
2.1. Salário de Contribuição	193
2.2. Salário-Base	200
2.3. Contribuição do Segurado Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso	204
2.4. Contribuição dos Segurados Contribuinte Individual e Facultativo	206
2.5. Contribuições das Empresas	208
2.5.1. Contribuição sobre a Folha de Pagamento	209
2.5.2. Contribuição sobre a Remuneração Paga aos Segurados Contribuintes Individuais e Trabalhadores Avulsos	210
2.5.3. Contribuição para Custeio do Seguro de Acidente do Trabalho e Aposentadorias Especiais	215
2.5.4. Contribuição sobre a Receita e o Faturamento	219
2.5.5. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS	220

2.5.6. PIS/PASEP	226
2.5.7. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL	228
2.5.8. Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — o SIMPLES	229
2.6. Contribuição Incidente sobre a Remuneração dos Trabalhadores na Construção Civil	234
2.6.1. Aferição Indireta	235
2.6.2. Apuração de Salário-de-Contribuição contido em Nota Fiscal de Serviço/Fatura	236
2.6.3. Apuração de Salário-de-Contribuição com Base na Área Construída e no Padrão da Obra	237
2.6.4. Retenção na Construção Civil	237
2.7. Contribuição dos Clubes de Futebol Profissional	237
2.8. Contribuição do Empregador Doméstico	239
2.9. Contribuição do Produtor Rural — Pessoa Física e do Segurado Especial	240
2.10. Contribuição do Empregador Rural — Pessoa Jurídica	242
2.11. Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	243
2.12. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira — CPMF ...	244
2.13. Contribuições em Face de Decisões Proferidas pela Justiça do Trabalho	246
2.14. Contribuições Destinadas a Terceiros	254
Capítulo 3 — Isenção das Contribuições para a Seguridade Social	256
3.1. Requisitos para a Isenção	258
3.2. Requerimento e Deferimento da Isenção	259
3.3. Alcance da Isenção	260
3.4. Revisão da Isenção	260
Capítulo 4 — Remissão e Anistia	262
Capítulo 5 — Regras Gerais de Arrecadação e Fiscalização	265
5.1. Competência dos Órgãos de Arrecadação e Fiscalização	265
5.2. Arrecadação e Recolhimento das Contribuições	266
5.3. Obrigações Acessórias	270

5.4. Prerrogativas da Fiscalização	272
5.5. Inadimplemento e Acréscimos Moratórios	274
5.6. Compensação, Restituição e Reembolso de Contribuições ...	277
5.6.1. Compensação e Restituição	277
5.6.2. Reembolso de Contribuições	280
5.7. Parcelamento de Débitos	281
5.8. Programa de Recuperação Fiscal — REFIS	284
Capítulo 6 — Responsabilidade pelos Recolhimentos	287
6.1. Construção Civil	288
6.2. Grupo Econômico	290
6.3. Responsabilidade dos Sócios e Titulares	290
6.4. Tomador de Serviços	291
6.5. Administradores Públicos	293
6.6. Operador Portuário e o Órgão Gestor de Mão-de-Obra	293
Capítulo 7 — Decadência e Prescrição das Contribuições à Seguri- dade Social	294
7.1. Prescrição e Decadência na Restituição e Compensação de Contribuições	297
7.2. Prazo para Pleitear a Desconstituição de Exigência Fiscal	298
Capítulo 8 — Prova de Inexistência de Débito	299
Capítulo 9 — Constituição do Crédito Previdenciário	305
9.1. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito — NFLD	307
9.2. Auto de Infração — AI	307
Capítulo 10 — Processo Administrativo Fiscal	313
10.1. Depósito Recursal — Exigibilidade	314
Capítulo 11 — Dívida Ativa: Inscrição e Execução Judicial	317
Capítulo 12 — Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho	330
12.1. Aplicação da Norma em Função do Tempo	331
12.2. Conflitos de Competência	332
12.3. Legislação Aplicável	333

12.4. Contribuições e Acréscimos Moratórios	338
12.5. O Procedimento da Execução	339
Capítulo 13 — Dos Crimes contra a Previdência Social	342
13.1. Art. 95 da Lei n. 8.212/91	342
13.1.1. Omissão no Recolhimento de Contribuições Previdenciárias	345
13.1.2. Constitucionalidade	347
13.1.3. Tipo Objetivo	349
13.1.4. Tipo Subjetivo	349
13.1.5. Consumação e Tentativa	350
13.1.6. Sujeito Ativo	350
13.1.7. Sujeito Passivo	352
13.1.8. Crime Continuado	352
13.1.9. Ação Penal	353
13.1.10. Extinção da Punibilidade	354
13.1.11. Dificuldades Financeiras	355
13.1.12. Princípio da Insignificância	356
13.2. O Regime da Lei n. 9.983/2000	357
13.2.1. Apropriação Indébita Previdenciária	357
13.2.2. Extinção da Punibilidade	360
13.2.3. Perdão Judicial	361
13.2.4. Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações ...	362
13.2.5. Modificação ou Alteração não autorizada de Sistema de Informações	363
13.2.6. Sonegação de Contribuição Previdenciária	363
13.2.7. Divulgação de Informações Sigilosas ou Reservadas	365
13.2.8. Falsidade Documental	365
13.2.9. Falsificação de Documento Público	365
13.2.10. Violação de Sigilo Funcional	366
13.2.11. Equiparação a Funcionário Público	366

PARTE IV — PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 — Regimes de Previdência Social	369
1.1. Regime Geral de Previdência Social — RGPS	369
1.2. Regime Previdenciário Complementar	370
Capítulo 2 — Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	374
2.1. Segurados	374
2.2. Dependentes	376
Capítulo 3 — Prestações Previdenciárias	378
3.1. Espécies de Prestações	379
3.2. Concessão da Prestação Previdenciária	381
3.2.1. Cancelamento do Benefício	384
3.3. Períodos de Carência	385
Capítulo 4 — Cálculo do Valor do Benefício	391
4.1. Salário de Benefício e Período Básico de Cálculo	392
4.2. Fator Previdenciário	398
4.3. Regras de Transição para Aplicação do Fator Previdenciário	402
4.4. Renda Mensal Inicial	404
4.5. Valor-Limite dos Benefícios	407
Capítulo 5 — Reajustamento e Revisão do Valor dos Benefícios	409
5.1. Índices de Correção dos Salários de Contribuição Utilizados no Cálculo do Salário de Benefício (Súmula n. 2 do TRF 4ª Região)	411
5.2. Reajustes pelo Salário Mínimo de Referência	411
5.3. Atualização Monetária dos Doze Últimos Salários de Contribuição para os Benefícios Concedidos Anteriormente à Constituição de 1988	412
5.4. Súmula n. 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos	412
5.5. Auto-Applicabilidade do Art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 — Diferenças Decorrentes do Reajustamento dos Benefícios Concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (Art. 144, Parágrafo Único, da Lei n. 8.213/91)	413
5.6. Aplicação do Art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	414
5.7. Manutenção do Valor Real dos Benefícios/Equivalência do Valor dos Benefícios em Número de Salários Mínimos	416

5.8. Valor Mínimo dos Benefícios	417
5.9. Gratificação Natalina de 1988/1989	417
5.10. URP de Fevereiro de 1989	418
5.11. Salário Mínimo de Junho de 1989	418
5.12. Expurgos Inflacionários	418
5.13. Reajuste de Setembro de 1991 — Abono da Lei n. 8.178/91 ...	419
5.14. Reajustes Quadrimestrais — IRSM — Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93	420
5.15. Conversão dos Benefícios para URV — Lei n. 8.880/94	421
5.16. Atualização Monetária das Parcelas Pagas em Atraso	422
5.17. Aplicação do IRSM de Fevereiro de 1994	423
Capítulo 6 — Pagamento dos Benefícios	426
6.1. Pagamento Feito a Terceiros	427
6.2. Intangibilidade do Valor do Benefício	428
6.3. Acumulação de Benefícios	429
Capítulo 7 — Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais	431
7.1. Evolução Histórica da Proteção Acidentária	431
7.2. Conceito de Acidente de Trabalho	434
7.3. Doenças Ocupacionais	438
7.4. Nexo Causal e Concausalidade	439
7.5. Aspectos da Proteção Previdenciária à Vítima de Acidente	441
7.6. A Comunicação do Acidente de Trabalho — CAT	442
7.7. Responsabilização do Tomador dos Serviços	443
7.7.1. Com Fundamento na Responsabilidade Subjetiva do Empregador	443
7.7.2. Com Fundamento na Responsabilidade Objetiva do Empregador	443
7.7.3. A Teoria do Risco Social — Cobertura pela Previdência Social	444
7.7.4. Responsabilidade Penal	444
7.7.5. Sanções Administrativas	444
7.8. Direito à Indenização Civil	445
7.9. O Direito de Regresso da Previdência em Face do Empregador	450
7.10. Estabilidade do Empregado Acidentado	452

Capítulo 8 — Benefícios em Espécie	455
8.1. Aposentadoria no RGPS	455
8.1.1. Direito à Desaposentação	457
8.2. Aposentadoria por Invalidez	459
8.3. Aposentadoria por Idade	465
8.4. Aposentadoria por Tempo de Serviço	475
8.4.1. Regras de Transição — Emenda Constitucional n. 20/98	477
8.5. Aposentadoria por Tempo de Contribuição	478
8.5.1. Aposentadoria do Professor	480
8.5.2. Aplicação dos Novos Critérios para Aposentadoria	481
8.6. Aposentadoria Especial	481
8.7. Pensão por Morte	489
8.8. Auxílio-Doença	495
8.9. Auxílio-Reclusão	500
8.10. Auxílio-Acidente	504
8.11. Salário-Família	507
8.12. Salário-Maternidade	511
8.13. Abono Anual	516
Capítulo 9 — Benefícios Extintos	517
9.1. Renda Mensal Vitalícia	517
9.2. Auxílio-Natalidade	518
9.3. Auxílio-Funeral	519
9.4. Pecúlio	519
9.5. Abono de Permanência em Serviço	520
9.6. Aposentadorias Diferenciadas	520
Capítulo 10 — Serviços	522
10.1. Serviço Social	522
10.2. Habilitação e Reabilitação Profissional	522
Capítulo 11 — Tempo de Serviço e Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários	525
11.1. Prova do Tempo de Serviço	529
11.2. Reconhecimento do Tempo de Filiação	533

11.3. Contagem Recíproca de Tempo de Serviço	533
11.4. Justificação Administrativa	536
11.5. Cabimento da Ação Declaratória para Reconhecimento de Tempo de Serviço	538
11.6. Regime de Economia Familiar	539
Capítulo 12 — Prescrição e Decadência de Benefícios	542
12.1. Prescrição do Direito de Ação dos Beneficiários	542
12.2. Decadência do Direito à Revisão do Cálculo de Benefício Previdenciário	543
Capítulo 13 — Ações Previdenciárias	545
13.1. Competência para as Ações Previdenciárias	546
13.1.1. Prestações Comuns	546
13.1.2. Competência Federal Delegada	547
13.1.3. Ações Acidentárias	549
13.1.4. Causas Referentes ao Benefício Assistencial	551
13.2. Prévio Ingresso na Via Administrativa	553
13.3. Pagamentos Devidos pelo INSS	555
13.4. Idosos	557
13.5. Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal	557

PARTE V — TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 — A Globalização e a Crise do Estado-Providência	563
Capítulo 2 — As Mudanças no Direito Comparado	570
Capítulo 3 — As Razões da Crise Brasileira	581
Capítulo 4 — Perspectivas da Seguridade Social Brasileira	588

APÊNDICE — SÚMULAS DE INTERESSE EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

Supremo Tribunal Federal	607
Tribunal Federal de Recursos	609
Superior Tribunal de Justiça	612
Tribunal Superior do Trabalho	614
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	615
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	616

Tribunal Regional Federal da 3ª Região	617
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	617
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	619
Bibliografia	621